



XXVIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, Grupo do Rio.

DECLARAÇÃO ESPECIAL SOBRE A SITUAÇÃO EM HONDURAS

Os Ministros das Relações Exteriores do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política reunidos em Montego Bay, Jamaica, diante dos fatos imperdoáveis que tiveram lugar na República de Honduras, lembraram que em 29 de junho, um dia depois do golpe de Estado, os Mandatários reunidos em Manágua na Segunda Cúpula Extraordinária do Mecanismo, pronunciaram-se em favor da restituição imediata e incondicional do Presidente José Manuel Zelaya no cargo para o qual foi legitimamente eleito nas urnas, o restabelecimento da ordem constitucional, do Estado de Direito e das autoridades legalmente constituídas na irmã República de Honduras.

Os Chanceleres, ao ratificar sua declaração de Nova Iorque de 22 de setembro, reiteraram a condenação ao golpe de Estado, a demanda ao respeito dos direitos humanos do povo hondurenho, e fizeram um enérgico chamado para que cesse a perseguição à sede diplomática do Brasil em Tegucigalpa e se garantam sua inviolabilidade, a das pessoas sob a sua proteção, assim como a liberdade de movimento de seu pessoal e de todo o corpo diplomático acreditado em Honduras, em estrito cumprimento da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

Demandaram o cumprimento imediato e em sua integridade, sem demora, do Acordo da Tegucigalpa / São José assinado em 30 de outubro na capital hondurenha, como a fórmula para restaurar a ordem constitucional nesse país. Neste contexto, sublinharam que resulta imperativa a restituição imediata do Presidente Constitucional José Manuel Zelaya, que deve ser fiscalizada pela Comissão de Verificação encarregada de assegurar o cumprimento de dito Acordo.

Expressaram que para o Grupo do Rio a restituição imediata do Presidente José Manuel Zelaya no cargo para o qual foi eleito pelo povo hondurenho, constitui um requisito indispensável para o restabelecimento da ordem constitucional, do estado de direito e da vida democrática em Honduras, assim como para a normalização das relações da República de Honduras com o Grupo do Rio e para que seja possível o reconhecimento dos resultados das eleições previstas para o 29 de novembro próximo.

5 de novembro de 2009.